

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)
CURSO: BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

ROSIANE ARRUDA PEREIRA

IRACEMA E O PROJETO DE BRASIL MESTIÇO DE JOSÉ DE ALENCAR

**REDENÇÃO – CE
2016**

ROSIANE ARRUDA PEREIRA

IRACEMA E O PROJETO DE BRASIL MESTIÇO DE JOSÉ DE ALENCAR

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Fernandes Mariz.

REDENÇÃO – CE

2016

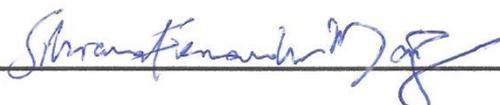
ROSIANE ARRUDA PEREIRA

IRACEMA E O PROJETO DE BRASIL MESTIÇO DE JOSÉ DE ALENCAR

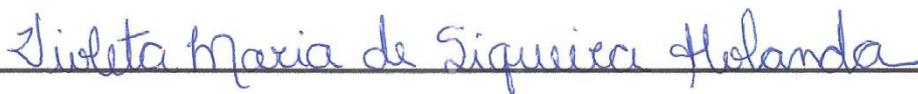
Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 07 de Dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Silviana Fernandes Mariz (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Profa. Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda (Examinadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza (Examinador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a formação da nação brasileira a partir da obra *“Iracema”* (1865), do escritor José de Alencar. Com a independência do Brasil de Portugal se acentuou no país um sentimento nacionalista e coube aos intelectuais da época a tarefa de produzir uma historiografia que abrangesse a cronologia pós-chegada dos conquistadores portugueses a fim de se inventar uma história do país desvinculada à de Portugal; com isso foi necessária a busca de um símbolo que representasse a nação brasileira em suas peculiaridades enquanto povo. José de Alencar e parte de sua produção literária, especialmente com *“Iracema”* lançada em 1865, em grande medida cumpriu com esse desiderato ao apresentar o povo brasileiro como fruto e expressão da ação de portugueses e indígenas – os primeiros representando a civilização, enquanto que os segundos, a originalidade. Apesar de ser um dos primeiros intelectuais no Brasil a defender e divulgar com otimismo os processos de mestiçagem, biológica e cultural, fundantes da nação brasileira, Alencar também foi responsável por negar a participação dos povos africanos em nossa formação. Em sua escrita, situada no contexto do Romantismo indianista, o nativo foi eleito para representar a pátria brasileira, e, a partir de tal constatação buscar-se-á reunir elementos para demonstrar como o indígena, na verdade, também foi vilipendiado e reduzido a um papel histórico inverossímil. A metodologia adotada será uma análise histórico-sociológica da obra tendo por base a análise do discurso.

Palavras-chave: Iracema. José de Alencar. Independência. Brasil. Romantismo.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. OBJETIVOS	6
2.1. OBJETIVO GERAL	6
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
3. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	6
4 . FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
5. METODOLOGIA	24
6. RESULTADOS ESPERADOS/RELEVÂNCIA SOCIAL	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

1. APRESENTAÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como eixo central a análise do livro *“Iracema”* (1865), vislumbrando a identificação na obra da hierarquia eurocêntrica empregada por José de Alencar. Ao longo da leitura de *“Iracema”, a virgem dos lábios de mel*, pretende-se identificar no discurso alencariano a construção de uma identidade para o povo brasileiro, em geral, e para o povo cearense, em particular – identidade essa, corolário do sentimento nacionalista surgido no Brasil na primeira metade do século XIX.

Ao contrário de muitos autores brasileiros dos oitocentos, como Silvio Romero e Nina Rodrigues, especialmente o último, que influenciados pelas correntes deterministas advindas da Europa eram muito pessimistas quanto ao futuro da população brasileira por conta da miscigenação, creditando a negros e indígenas a degeneração e o modelo de “perfectibilidade” em atraso; Alencar, embebido pelo Romantismo e pelos seus ideais de nacionalismo, acreditava em um futuro próspero para a nação brasileira e via exatamente na miscigenação, tão criticada por teóricos brasileiros e estrangeiros, a solução para a salvação do Brasil. Contudo, isso não implica em afirmar que o romancista cearense era modelo de antirracista para a época, muito pelo contrário, visto que suas obras com temática indianista não tratam do negro na sociedade brasileira, ou seja, o escritor intenta criar uma identidade para o Brasil, mas sem a presença negra e utilizando o índio apenas como peça alegórica para chegar ao seu verdadeiro objetivo, constituir uma nação de caboclos, fruto da miscigenação entre portugueses e indígenas, com as características dos lusos se sobressaindo. Na verdade, essa era a fórmula interpretativa empregada por Alencar em suas obras, especialmente em *“Iracema”*, para a construção de uma “pátria perfeita”.

Através desta análise, a proposta da pesquisa é identificar como *“Iracema”* é utilizada tanto para demonstrar que o Brasil tem um povo constituído historicamente quanto para mascarar as lutas dos nativos contra a colonização e para omitir a presença negra no Ceará. A partir desse livro, Alencar foi considerado um dos principais consolidadores da Literatura nacional e, muito mais do que isso, o mito em *“Iracema”* ultrapassa as fronteiras literárias e chega ao imaginário das pessoas como se a história narrada pelo romancista fosse verídica e representasse a formação do

povo brasileiro a partir da “dócil submissão” dos indígenas e do espírito “benevolente” e “harmonioso” do português.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

- Analisar como José de Alencar utilizou o romance histórico para forjar uma identidade nacional para o Brasil e alçar o indígena ao posto de símbolo nacional o descrevendo como o “bom selvagem”, identificando na obra *“Iracema”* o projeto de Brasil mestiço luso-indígena.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender o que *“Iracema”* representa para a constituição de uma nação mestiça;
- Analisar como as teorias racistas advindas da Europa foram recebidas e apropriadas pelos intelectuais no Brasil;
- Identificar como Alencar propõe a relação entre História e Literatura na obra *“Iracema”*.

3. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

O ato de pesquisar sobre qualquer assunto não é neutro, escolhe-se um tema porque algo chamou atenção nele e com a presente proposta de pesquisa não é diferente. No Ceará percebe-se uma negação da identidade negra e até há pouco tempo se pregava a extinção dos indígenas. Perguntava-me, então, como isso era possível se observando os tipos físicos cearenses identifica-se claramente a presença de negros e de indígenas na população. Logo percebi que eu precisava saber mais e me aprofundar sobre esse assunto de alguma maneira. Foi, então, que surgiu a resposta para muitas das interrogações que assolavam meus pensamentos: o livro *“Iracema”*.

Desde a primeira leitura, achei realmente incrível como José de Alencar descrevia o primeiro contato com os portugueses de forma tão harmoniosa e permeada por uma vontade grandiosa dos nativos de se fundirem ao Português. De modo geral, pude perceber como o romancista idealiza *“Iracema”* e *“Poti”* como exemplos perfeitos da harmonia e doçura tupiniquim e da extrema vontade dos indígenas de se aculturarem e de se entregarem ao colonizador branco numa “doce escravidão”, colonizador esse que é descrito pelo escritor como o dono dos costumes civilizados e dos padrões a serem seguidos.

Então, entendi que para compreender o contexto histórico da formação da identidade nacional brasileira seria imprescindível uma leitura profunda de *“Iracema”* para entender como essa “lenda” sobre a criação do Ceará serviu para encobrir o genocídio indígena.

O sentimento que se instalou no Brasil logo após a sua independência de Portugal foi de ufanismo, em que o nacionalismo floresceu e o nativo, por meio do Romantismo indianista, emergiu como o grande representante da nossa nacionalidade, através de sua idealização. Vale ressaltar que,

Não se tratava simplesmente de redimir a imagem do índio, considerado durante séculos como o oposto à civilização, enquanto era o oposto do colonizador, mas de criar uma imagem idealizada do ancestral comum brasileiro, renegando a herança colonial portuguesa e a ligação com africanos escravizados (ROCHA, 2006, p. 2003).

O Brasil dos anos 1800, contrariamente à maioria dos países da América Latina, de colonização hispânica, que lutaram para se tornarem independentes, marchou com D. Pedro I e, sem entraves ou guerras proclamou a sua independência, em 1822. Apesar do fim do tráfico de escravizados, em 1850, o país ainda vivia sob o regime escravista e continuava com uma economia agrária e dependente da mão-de-obra escrava, enquanto as grandes potências mundiais já se encontravam em franca marcha rumo à construção de um sistema capitalista mercantil-industrial (SKIDMORE, 1989).

No campo político, o Brasil vivia um clima amigável, apesar da emergência de dois partidos políticos, o Liberal e o Conservador, que na teoria deveriam ser antagônicos, mas, na prática ambos estavam lutando por seus interesses políticos e econômicos e até mesmo seus membros admitiam que não havia uma diferença ideológica entre si. Com a guerra do Paraguai (1865-1870), D. Pedro II teve de

demonstrar autoridade, indo contra os interesses da maioria parlamentar, recebendo críticas dos liberais. Apesar de se mostrar um tanto quanto liberal, de D. Pedro II era cobrada uma postura de “chefe” da sociedade brasileira e como regente daquela estrutura, marcada por uma hierarquia patriarcal e pautada pela mão-de-obra escrava, ele é quem no final das contas dava as ordens para o exército e a guarda nacional caçarem os escravizados fugidos, fazendo com que retornassem a seus proprietários e ficassem expostos a todo tipo de violência (SKIDMORE, 1989).

É, portanto, dentro de todo esse contexto político-ideológico que o Romantismo aparece e se populariza no Brasil como gênero literário bastante apreciado, sobretudo, pelas elites nacionais. Fortemente pautado pela influência da Literatura romântica europeia, cuja grande “adoração” pela natureza emergia como uma de suas principais características, o Romantismo no Brasil, assim como toda e qualquer outra tradição escrita, assumiu cores e sentidos próprios coadunados com a lógica interpretativa do Brasil informada pelas próprias elites nacionais. Desse modo, conforme Bernardo Ricupero nos ensina,

Em nossa vida intelectual, poucas vezes insistiu-se tanto na necessidade de afirmar-se a particularidade brasileira como durante o período de predomínio das idéias românticas. Não por acaso, o romantismo brasileiro teve como cenário histórico os anos posteriores à independência. Assim, a tarefa que se impunha aos homens da época era praticamente a de completar a obra da emancipação política, dotando a nação em constituição de maior autonomia cultural. Nesse esforço, os brasileiros encontraram no romantismo europeu – reação à universalidade da ilustração, obcecado com as especificidades nacionais – amplo repertório de referências para a busca da sua emancipação mental (RICUPERO, 2004, p. 85).

Os intelectuais antilusitanos, aproveitando-se do desligamento do Brasil de Portugal, almejavam criar uma consciência nacional autônoma e o culto aos nossos elementos naturais se mostrou essencial para a exaltação da identidade brasileira. Deste modo, segundo Resende “[...] O patriotismo, o desejo de construção de uma pátria brasileira, deveria ser o estímulo e dever do escritor, a sua contribuição para a descrição da grandeza da nação recém-livre e unida” (RESENDE, 2006, p. 12).

O Romantismo, e especificamente sua primeira geração que ficou conhecida como indianista ou nacionalista, serviu como sustentáculo da ideologia nacionalista que se instaurou no país no pós-independência. Com a emergência do sentimento lusófono, os intelectuais, munidos do sentimento de “amor à pátria brasileira”, buscaram no nativo, o elemento para exaltar a brasilidade. Pode-se constatar que o

indianismo retratou mais que um mito de uma corrente literária, podendo ser considerado como a concretização de um projeto de nação brasileira.

Foi dentro da perspectiva romântica que artistas e intelectuais, através dos sentimentos e valores nacionais, se permitiam a construir uma identidade para o Brasil. Nessa perspectiva, José de Alencar se destaca por defender um estilo “brasileiro” na língua literária. Reivindicando o direito dos brasileiros a uma língua e literatura genuinamente brasileiras e criticando, assim, todos aqueles que pensavam que deveriam escrever tal como escreviam em Portugal (RESENDE, 2006, p. 5).

Assim, emerge um sentimento de saudosismo histórico em que alguns escritores brasileiros ansiavam descrever as belezas naturais, os costumes e a formação do povo brasileiro.

Podemos observar nesse contexto um paradoxo: as elites brasileiras não se reconheciam como sendo descendentes das populações indígenas, por que então colocá-las na condição de “legítimas” brasileiras?

Na verdade, o indianismo acabou sendo instrumentalizado como arma política para escamotear e disfarçar o massacre genocida e etnocida praticado ao longo do século XIX contra as populações indígenas remanescentes. Colocar o indígena como herói nacional servia para levá-lo ao esquecimento no futuro, tornando-o peça de uma memória coletiva nacional pertencente ao lugar do passado. O indianismo trouxe o índio como um herói mítico, extremamente idealizado, o que pouco tinha a ver com a repressão e a violência que os nativos historicamente sofriam na sociedade brasileira. Então, usar os elementos naturais do país, como os indígenas e a natureza exuberante, era uma tentativa de se mostrar nacional, quando na realidade estavam escondendo o regime escravista e a constante crueldade praticada contra os povos escravizados.

Desse modo, a figura do índio idealizado e mítico utilizada pelo Romantismo indianista serviu mais para trazer à tona o sentimento de nacionalismo propagado a época do que como explicação e entendimento do passado (BOSSI, 1992). Fazendo um paralelo, pode-se dizer que o Brasil na Literatura indianista e especialmente em “*Iracema*” era retratado como o paraíso terrestre (HOLANDA, 2000) e tal como Adão e Eva e toda aquela descrição bíblica do pecado original, a índia tabajara também é responsável por trair a sua raça violando o segredo da jurema e conseqüentemente levando sua tribo à extinção. Relato muito parecido com o de Eva que ludibriada pela serpente come o fruto proibido e, por conseguinte é punida com a perda do

paraíso. Tal constatação faz compreender mais ainda que o intuito de José de Alencar era tornar-se uma espécie de criador da pátria brasileira e tal como a descrição do cristianismo, religião tida como superior, sobre a descrição da criação do universo, o romancista parafraseia para consolidar a identidade brasileira.

Os anos posteriores à emancipação do Brasil trouxeram um grande desejo de mostrar independência em todos os sentidos, de construir e mesmo forjar um passado histórico para o país e, a produção literária não ficou de fora de tal intento. Com a ideia de que se teria que construir um passado histórico para o país, os chamados “homens de letras”, através do Romantismo, indianista ou nacionalista, começaram a exaltar as belezas naturais do país; e, se a intenção era “criar” uma história desde tempos imemoriais para o Brasil, a figura que se tinha que colocar como o protagonista seria o nativo, o primeiro habitante das terras tupiniquins, no caso, o indígena.

Apesar de nunca ter utilizado a expressão “democracia racial”, é lugar comum atribuir-se deliberadamente a ideia da mestiçagem e a de que no Brasil haveria uma união harmoniosa entre as raças à Gilberto Freyre e, particularmente, a sua obra *“Casa Grande e Senzala”*, mas o que podemos perceber é que no Romantismo, principalmente nas obras de José de Alencar, já se tem a valorização da mestiçagem como uma solução para o futuro do Brasil. José de Alencar propõe uma mestiçagem positiva entre indígenas e portugueses, mas de um lado, excluindo a participação negro-africana do processo de formação da nação brasileira; e, por outro, fazendo se sobressair os valores europeus, tidos como civilizados.

José de Alencar em suas obras com temática indianista, notadamente n’*“O Guarani”* e em *“Iracema”*,¹ descreve um índio europeizado, ou seja, em Alencar a figura do indígena aparece travestida das características dos europeus.

Sendo uma nação de analfabetos ao longo de todo o século XIX, é imperativo enfatizar que, no Brasil, o Romantismo surge voltado para as elites e seus autores, com raras exceções, majoritariamente se encontravam parentalmente vinculados às classes dominantes, escrevendo para seus interesses e de seus pares, fato que contribuiu diretamente para que o Romantismo indianista fosse sendo tecido juntamente a uma identidade nacional silenciadora das violências praticadas contra as populações não brancas.

¹ Tratar-se-á aqui particularmente de *“Iracema”*.

Os autores indianistas pareciam estar tomados por uma espécie de amnésia proposital, assim, os afrodescendentes foram mesmo esquecidos pela primeira geração romântica, pautada que estava pelas teorias racistas e deterministas que sustentavam a ideia de que os negros ocupavam o último degrau na hierarquia racial e representavam um mal para a sociedade, pois eram tidos por “preguiçosos”, “devassos”, “dados à sensualidade”, entre tantos outros adjetivos degradantes. Já o índio foi tratado com extrema idealização e alçado ao posto de herói nacional, mas com valores que pouco tinham a ver com a real história dos nativos brasileiros. Alencar travestiu o indígena com os valores do cavaleiro medieval europeu, com uma adoração magistral pelo homem branco, adoração essa, que valeria até a morte, como no caso da “matriarca da pátria brasileira”, “*Iracema*”.

Como mostrado anteriormente, constatamos que nesse período a intenção era mostrar que o Brasil tinha um passado histórico, mesmo que fosse esse idealizado pelos nossos romancistas, aqui, História e Literatura se encontraram e fizeram surgir uma identidade para o povo brasileiro. No misticismo e na idealização subserviente do nativo, os literatos nacionalistas criavam um passado histórico para o país.

Pensar o Brasil através da Literatura indianista é refletir sobre uma perversa estratégia discursiva que representou, na verdade, uma fuga da realidade. A inverossímil identidade nacional idealizada por Alencar omitia o regime escravocrata que vigorava na época bem como o próprio massacre de populações indígenas que continuava a existir sob o manto da valorização das raízes brasílicas. O escritor cearense parecia muito mais preocupado em “dar vida” a uma nação brasileira sem vínculo com Portugal do que debater sobre os fatos e os conflitos que decorriam à época.

“*Iracema*” deixa para trás sua tribo se entregando a “*Martim*” sem que nada mais lhe importe, demonstrando assim um sacrifício para dar vida à pátria brasileira. Do seu amor com o português “*Martim*”, nasce o primeiro cearense, “*Moacir*”, um mestiço, que vira o símbolo do povo brasileiro e cearense, agora nem indígena tampouco português, mas um mestiço, tipicamente brasileiro. Como bem analisa Ribeiro (2014, p. 405) “[...] o que Martim Soares Moreno efetua é, possuindo, desvirginando, engravidando e de certa forma levando à morte a moça, possuir, desvirginar, engravidar e conquistar sua outra identidade, o continente da América [...]”.

Não nos cabe aqui fazer qualquer juízo de valor. Entende-se que, antes, é preciso, na verdade, compreender o contexto histórico no qual Alencar estava inserido, pois, como ser social, o ser humano é influenciado pelo meio no qual está imerso, evidentemente, os espaços de convivência e de socialização são determinantes na construção e na exteriorização das visões de mundo e dos conceitos do indivíduo.

É, portanto, importante ressaltar aqui que os escritores românticos eram herdeiros de uma sociedade conservadora que se sustentava nas mesmas bases políticas e ideológicas dos tempos coloniais, assim, mesmo no pós-independência a sociedade brasileira ainda era sustentada pela mão de obra escrava, a “[...] economia de exportação, a grande propriedade rural, a Igreja Católica e o exército” (RICUPERO, 2004, p. XXXIII).

Como já mencionado, o Romantismo surge no Brasil logo depois de nossa independência política (1822). Por isso, as primeiras obras literárias e os primeiros artistas românticos brasileiros se mostraram engajados em definir um perfil de Literatura brasileira em que o nacionalismo tornou-se o traço essencial. Segundo Barbosa,

O Romantismo no Brasil foi a recusa de toda influência estrangeira e criação de uma Literatura nova, cheia de particularidades da nossa cultura e do índio como representação de um povo, através do mito da origem. O nosso país havia se tornado independente do domínio português e forjava uma identidade para a nova nação. O índio foi muito importante na formação da nacionalidade brasileira, devido seu mundo místico e suas façanhas de herói, aliada à beleza da terra selvagem, ainda não colonizada, cheia de riquezas e mistérios. (BARBOSA, 2012, p. 4).

Na Literatura nacional, a primeira geração do Romantismo, tinha como projeto a construção de uma identidade nacional que trouxesse como protagonista o nativo. Esse período literário tinha o objetivo de afastar a imagem do Brasil de Portugal, trazendo uma identidade própria para a nova nação, através de símbolos, hábitos, imaginário moral e sentimentos, enfim, representações que remetessem ao nacionalismo. A exaltação das particularidades locais como a natureza exuberante foi constantemente explorada, a fim de se organizar o cenário nacional no foco principal, o índio que foi tomado como símbolo de independência espiritual, política, social e literária. Como mostra Thomas Skidmore:

Com a maturidade do romantismo literário, o índio tornou-se o símbolo das aspirações nacionais brasileiras. Transformaram-no num protótipo literário que pouco tinha a ver com seu verdadeiro papel na História do Brasil [...] o índio do romantismo brasileiro era um símbolo literário sentimental que não tirava o sono dos leitores [...]. (SKIDMORE, 1989, p. 23).

Assim, notamos que o índio foi alçado ao papel de herói nacional apenas no intuito de o Brasil ser visto aos olhos do mundo como um país singular que tinha sua identidade formada, tinha até um povo genuinamente brasileiro, uma raça constituída aqui, raça essa perfeita na descrição romântica, já que reunia tanto a bravura e a honra do indígena quanto os costumes “civilizados” europeus. Isto posto, notamos que o caboclo, resultante da mistura entre os povos indígenas e portugueses em “*Iracema*”, na literatura romântica não era condenável e sim símbolo de sucesso da miscigenação.

Dessa forma, com a separação do Brasil de Portugal o indianismo transformou-se num plano estético e político-ideológico com o objetivo de consolidar a “nova nação” brasileira. De acordo com Antônio Cândido,

Depois da Independência o pendor se acentuou, levando a considerar a atividade literária como parte do esforço de construção do país livre, em comprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava à diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los. Isto explica a importância atribuída, [...] ‘à tomada de consciência’ dos autores quanto a seu papel, e à intenção mais ou menos declarada de escrever para sua terra, mesmo quando não a descreviam. (CÂNDIDO, 1997, p. 26)

Era necessário demonstrar através da Literatura, à independência política do país. Designar condições de existência de um discurso nacionalista sustentado pelos valores culturais da época foi o desafio enfrentado pelos escritores indianistas, como José de Alencar (1829-1877) e Gonçalves Dias (1823-1864).

No indianismo, o índio era visto e apresentado como um legítimo do Brasil, muito antes dos colonizadores chegarem, sendo considerado puro como a natureza, pois não havia sido corrompido pelo colonizador. Assim, como demonstra Rocha,

Diferentemente do europeu, de porte nobre e digno, porém imaculado, sem pecado, e absolutamente oposto ao elemento negro, considerado, na época, o portador dos males do Brasil, nascia o índio mítico brasileiro (Schwarcz, 1996). Misto de herói e criatura angelical, pode-se encontrar nesse mito traços da beleza dos heróis da Antiguidade clássica somados à inocência de Adão, antes da expulsão do Paraíso (ROCHA, 2006, p. 205).

A visão dos índios como escravizados e expulsos de suas terras os transformou em heróis do Brasil. E partindo desse ponto, os autores buscaram mostrar os costumes, línguas e culturas indígenas, fazendo uso da imaginação e fantasia. Dentre esses autores, há Gonçalves Dias, que antes mesmo de José de Alencar, é considerado o consolidador da identidade nacional na Literatura brasileira. De um modo geral, as suas obras expressam um contexto ideológico direcionado para um nacionalismo patriótico, e em seus poemas, em particular, ele retrata em primeiro lugar o índio em seu mundo, com seus feitos gloriosos como em: “Canção do Tamoio”, “O canto do Guerreiro” e “I Juca Pirama”.² Depois tem-se a presença do europeu causando um desequilíbrio, exemplificados nos poemas “Marabá”, “O Canto do Índio”, “Deprecação” e “O canto do Piaga”. Gonçalves Dias rejeita a união entre o branco e o índio num claro sentimento lusófono (aquele que tem antipatia pelos portugueses e/ou Portugal, que os rejeita).³

Assim como Gonçalves Dias, José de Alencar também tem suma importância no Romance indianista e na criação de uma Literatura nacional. A sua colaboração no processo de nacionalização da Literatura brasileira foi extremamente importante. Ele ressalta a cor local como um elemento indispensável na construção da brasilidade. O índio é destacado por comportamentos e características europeias que são frutos da aculturação. É a união harmoniosa das raças. Nos seus romances indianistas, José de Alencar faz exaltação à natureza como sendo símbolo da grandeza do país, a transfiguração do índio vilipendiado, pois incompreendido para depois ser esquecido, em um herói nacional. Ele traduz em suas obras o mito da cordialidade que existiria entre o europeu e o índio.

José de Alencar busca a identidade brasileira por meio da construção de uma Literatura que seja verdadeiramente nacional, empregando o seu indianismo idealista, fantasioso. A vertente indianista de Alencar busca radicalmente uma Literatura que descreva o retrato antropológico do Brasil, sua paisagem, a alma e os mitos do seu povo (PEREIRA, 1996, p. 97), como podemos perceber em “Iracema”, romance que narra a “lenda” da criação do Ceará. Assim,

[...] Esse ideal nacionalista de Alencar revela-se problemático, pois, enquanto as ideias (ideais) de homem civilizado impregnam suas obras, os

² Para ter acesso ao poema “I Juca Pirama” ver: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000007.pdf>>. Acesso em 01 set. 2015.

³ Disponível em: <<http://dicionario.webix.com.br/lusofobo.html>>. Acesso em: 01 set. 2015.

conflitos e confrontos mais traumáticos do processo de colonização são atenuados “esquecidos” pelo escritor [...] (PEREIRA, 1996. p. 97).

Detecta-se em “*Iracema*” que o índio está sempre disposto a se sacrificar e a se “entregar de corpo e alma” ao colonizador, vivendo com ele numa plena harmonia. Como podemos perceber no trecho que segue do romance:

Poti foi o primeiro que ajoelhou aos pés do sagrado lenho; não sofria ele que nada mais o separasse de seu irmão branco. Deviam ter ambos um só deus, como tinham um só coração (ALENCAR, 1988, p. 87).

Dos romances alencarianos mais importantes de sua produção indianista: “*O Guarani*” e “*Iracema*”, Alfredo Bossi em seu livro “*Dialética da Colonização*” destaca muito bem a entrega incondicional do indígena quando assinala que,

Nas histórias de Peri e de Iracema a entrega do índio ao branco é incondicional, faz-se de corpo e alma, implicando sacrifício e abandono da sua pertença à tribo de origem. Uma partida sem retorno [...] (BOSSI, 1992, p. 178-179).

Como sua obra é repleta do espírito de nacionalidade, Alencar busca a criação de uma língua eminentemente brasileira. O próprio nome “*Iracema*” que caiu no gosto de muitas famílias foi criação sua: “*Iracema*: em guarani significa lábios de mel, de ira – mel e tembe – lábios. Tembe na composição altera-se em ceme, como na palavra cemeiba” (ALENCAR, 1988, p. 12). Dando assim a “*Iracema*” o símbolo da pátria brasileira. De acordo com Luís Filipe Ribeiro,

Iracema, a personagem, é assim, no nascedouro, um cruzamento da tradição ocidental e cristã e do exuberante exotismo americano. Não é ela uma personagem romântica qualquer, mas a personagem encarregada de catalisar em si um padrão de brasilidade: ela será o modelo de mulher que encarna as qualidades da desejada pátria brasileira (RIBEIRO, 1995, p. 221).

Em suma, podemos ressaltar que a principal característica do Romantismo indianista foi a valorização do passado colonial trazendo o índio como herói nacional, a fim de substituir a figura do cavaleiro medieval.⁴ O fato é que os

⁴ Como aqui no Brasil não tivemos idade média como na Europa em que o cavaleiro medieval era o grande herói, coube ao indígena desempenhar essa função, assim, os escritores indianistas fizeram do índio a nossa versão do cavaleiro medieval, com traços culturais europeus.

intelectuais brasileiros buscavam uma figura que representasse com exatidão o povo brasileiro na sua mais pura essência encontrando assim no índio o que procuravam, pois, viam no índio o “bom selvagem”, repleto de glória, bravo, puro, belo, gentil, valente, nobre, corajoso, capaz de todas as proezas em nome da honra, bom por natureza. Foi assim que Antônio Gonçalves Dias, José de Alencar, entre outros inscreveram o indígena na Literatura romântica.

Não se pode deixar de insistir no fato de que estando o Brasil recém-independente, suas elites entendiam que era preciso o constituir como nação e para tanto, conforme nos lembra Benedict Anderson em sua obra seminal *“Comunidades Imaginadas”*, a Literatura cumpriu com esse importante papel ao possibilitar a homogeneização de seus habitantes a partir da construção de um sentimento nacionalista comum e unificador (ANDERSON, 2005). À época, a natureza exuberante e o índio foram apropriados como elementos perfeitos para se forjar uma identidade nacional.

Por outro lado, também não se pode esquecer que a tese do “Bom Selvagem”, defendida pelo escritor francês Jean-Jacques Rousseau, foi muito bem apropriada pelos escritores indianistas que demonstravam um nacionalismo ufanista e idealizado. O Romantismo no Brasil encontrou no mito do “bom selvagem” um modo de exaltar os povos nativos transformando-os em elemento da cultura nacional. O índio tornou-se, então, o símbolo do homem brasileiro, de sua origem, de seu caráter independente, puro, bravo e honrado em contraposição ao colonizador português, europeu que não era originalmente brasileiro.

Das três etnias que constituíram o povo brasileiro, somente o índio tornou-se herói na Literatura romântica. O branco, por identificar-se com o colonizador português, não poderia ser o herói nacional naquela ocasião, porque isso entraria em choque com o sentimento nacional e por vezes antilusitano que apareceu após a Independência. O negro, de ascendência africana, representava o fundamento econômico daquela estrutura social, a mão-de-obra escravizada e empenhada ao trabalho. Seria, portanto, um disparate econômico e social elevá-lo à condição de herói, uma vez que muitos escritores da época faziam parte da classe dominante e compactuavam com o regime escravocrata.

Assim sendo, competiu ao índio, imune de conotações negativas, sejam elas sociais ou econômicas, a função de herói nacional em nossa Literatura romântica.

4 . FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a emancipação, passa a ser necessário à elite letrada definir a nação e seus habitantes, ou seja, refletir quem são os brasileiros. Passou a ser fundamental 'construir' uma nação e, conseqüentemente, uma nacionalidade. O modelo almejado para o país naturalmente é o dos países do ocidente europeu, alias, um modelo objetivado por boa parte dos países do continente americano. Reproduzir a Europa nos trópicos é o desejo das elites e camadas dirigentes do Brasil independente. Procura-se, então, construir uma civilização de moldes europeus nos trópicos, não só na forma organizacional ou comportamental, mas nos tipos físicos também. Assim, o brasileiro ideal deveria possuir as características físicas de um europeu (COSTA, 2004, p. 28).

A citação acima reflete bem o sentimento nacionalista que eclodia no Brasil após a proclamação da independência, mas ao mesmo tempo demonstra também que o país estava oficialmente independente de Portugal, porém, continuávamos reféns dos pensamentos de superioridade da raça branca europeia e mesmo com o espírito ufanista que inundava os corações dos brasileiros na época, possuir caracteres europeus era o mais desejável e visto como o caminho para progresso.

No Brasil, falar em identidade nacional sem falar em raça é algo praticamente impossível, visto que se formos analisar a formação histórica da sociedade brasileira nos deparamos várias vezes nas diversas tentativas de explicar os projetos de nação com base nas teorias raciais. Desse modo, durante o século XIX e o início do século XX, “[...] tudo passava pelo fator raça, e era a ele que se deveria retornar se o que se buscava explicar era justamente o futuro da nação” (SCHWARCZ, 1993, p. 202). Sobretudo no século XIX, e mais especificamente a partir da independência do Brasil, em 1822, a tentativa dos intelectuais de forjar um projeto de nação se evidenciava de modo bastante explícito. De acordo com Schwarcz, “[...] entendida quase como um segundo descobrimento, a independência política do país era também fundamental para o estabelecimento de uma cronologia histórica e para a conformação de uma identidade nacional” (SCHWARCZ, 1993, p. 148-149).

Pensar a nação, portanto, implicava falar em raça, obviamente pelo fato de que falar em nação significa falar do povo, ou seja, para os quadros imaginativos da intelectualidade ocidental oitocentista, não era concebido como possibilidade discutir uma unidade nacional sem antes articulá-la com sua constituição populacional. Assim, o Brasil, recém-independente, precisava conceber uma identidade nacional,

o que necessariamente implicava em conceber a própria ideia de uma unidade populacional específica. Desse modo, como demonstra Mariz,

Identificar a composição racial do Brasil era, portanto, parte integrante do exercício reflexivo sobre a definição do elemento nacional e da própria nação, e vice-versa: pensar a nação e sua formação populacional era inevitavelmente pensar em termos raciais e étnicos, simplesmente porque pensar uma nação é pensar em termos populacionais, pelo mero fato de que não há nações sem povos constituídos. E o Brasil, tendo chegado à condição de nação autônoma e, ao menos, politicamente soberana, necessitava forjar uma unidade populacional própria [...] (MARIZ, 2012, p. 66).

O caso da construção da nacionalidade brasileira, especificamente entre o século XIX e o início do século XX, mostrou-se diferenciado, visto que necessitávamos de nos reconhecer enquanto nação independente de Portugal; mas, não tínhamos uma raça “pura” conforme admoestavam escritores e viajantes europeus que para cá vinham, a exemplo de Gobineau e Agassiz, mas sim uma mistura racial.

[...] vários [...] viajantes estiveram no país, entre eles L. Agassiz e o conde Arthur de Gobineau, rememorando aos brasileiros, por meio de seus relatos, as tristes implicações das teorias raciais europeias quando aplicadas ao contexto local: a inviabilidade de uma nação composta por raças mistas. Assim, se não se pode afirmar a existência de um consenso no que se refere à representação do país no exterior, é necessário destacar a força e a relevância desse tipo de interpretação pessimista, que via no Brasil um “modelo da falta e atraso” em função de sua composição étnica e racial (SCHWARCZ, 1993, p. 48).

Não possuíamos, de acordo com os critérios vigentes no período, nem índios, nem brancos, nem negros, e sim mestiços. Resultantes da mistura entre essas três raças, esse tipo mestiço resultante do arcabouço racial existente no Brasil era visto pelos intelectuais da época como um grande problema para o futuro da nação. Influenciados por teóricos estrangeiros, os intelectuais brasileiros, como Nina Rodrigues, enxergavam a decomposição das raças existentes no país e viam com muito pessimismo a possibilidade de um futuro para o Brasil, e assim, não acreditavam na probabilidade de um desenvolvimento nacional.

Teorias como o Evolucionismo e o Darwinismo Social eram apropriadas para difundirem hipóteses da existência de uma raça superior e mais adaptável ao meio em detrimento de outra inferior e degenerada, fadada ao fracasso. Os padrões eurocêntricos eram sempre os mais desejáveis. Então, olhar para a conjunção racial

do Brasil e, ver uma maioria negra e mestiça era motivo de desespero e de incredulidade para os letrados que se incumbiram de projetar a nação e forjar uma unidade nacional.

O século XIX foi marcado por muitos acontecimentos na história brasileira, a exemplo, nesse período, tivemos a vinda da corte portuguesa para o país (1808); a independência política do Brasil em relação à Portugal (1822); e, o longo e lento processo de desarticulação do sistema escravista iniciado com a aprovação da lei Eusébio de Queirós (1850) interditando o ingresso de populações africanas para serem escravizadas em solo brasileiro e culminado com a abolição da escravatura (1888). Como aponta Tamano et al,

O século XIX foi decisivo para a história nacional e viveu grandes mudanças nas esferas social, política, econômica, culturais e ideológicas. Como afirmaram Veloso e Madeira (1999, p. 59), esse século inaugurou uma nova maneira de pensar e inscrever o país na modernidade ocidental. Além disso, o período foi marcado por contradições ideológicas das elites brasileiras, que ansiavam fazer parte da vida culta e do progresso europeu, porém sem abdicar das riquezas e dos lucros obtidos com o sistema escravocrata. Desse modo, as ideias liberais de igualdade e trabalho livre, discursadas após a Independência, alteravam a antiga ordem política mas não modificavam as estruturas socioeconômicas resultantes da exploração colonial. (TAMANO et al, 2011, p. 759).

Após a independência do Brasil de Portugal, em 1822, emergiu um sentimento nacionalista de se criar uma identidade para o povo brasileiro e, obviamente, que tal sentimento não se estabeleceu da noite para o dia como uma anunciação milagrosa. Assim, na época surgiram vários debates sobre quais elementos utilizar para a construção de uma identidade nacional que não confrontassem com as ideologias hegemônicas das elites brasileiras.

Portanto, é no século XIX, principalmente após 1822, que emerge o sentimento de nacionalidade, de criar uma identidade brasileira, desvinculada dos portugueses; mas, é importante assinalar, esse anseio de forjar o ser brasileiro foi baseado, sobretudo, em critérios raciais.

No Brasil, a ideia de raça foi utilizada como uma perspectiva ideológica das elites dominantes para continuar justificando as bases hierarquizantes da sociedade brasileira em que afrodescendentes e índio-descendentes deveriam permanecer à margem do processo de modernização da nação ocupando espaços subalternizados, ou seja, os idealizadores da identidade nacional brasileira empregavam o conceito de raça por um lado para estigmatizar e depreciar negros e

indígenas e, por outro lado para exaltar os povos brancos europeus. Desse modo, concordando com Hannah Arendt, “A raça quer sob forma de conceito ideológico gerado na Europa, ou como explicação de emergência para experiências chocantes e sangrentas, sempre atraiu os piores elementos da civilização ocidental [...]” (ARENDR, 1989, p. 216).

Nesse contexto, os intelectuais nacionais que se encarregaram de definir quem eram os brasileiros encontraram um problema: o único modelo racial para o país que esses letrados consideravam válido era o da raça branca caucasóide, mas, como no Brasil existiam três matrizes étnicas formadoras da nação brasileira, a saber, a indígena, a africana e a portuguesa; como poderíamos ter um futuro, se ainda tínhamos negros e indígenas, povos considerados selvagens e incivilizados, em nosso território?

De acordo com Mariz,

[...] É importante frisar que nesse período, a intelectualidade brasileira ainda se encontrava bastante influenciada pelas correntes deterministas que preconizavam ser o desenvolvimento de uma nação consequência de sua constituição étnicorracial. Nesse contexto, predominava a crença de que negros e indígenas se encontravam nos últimos degraus da escala evolutiva da humanidade [...] (MARIZ, 2012, p. 135-136).

No século XIX, surgem diversas teorias racialistas na Europa e essas teorias (positivismo, darwinismo social, evolucionismo... Enfim, um emaranhado de “ismos”) são trazidas para o Brasil no intuito de aplicá-las e verificar se o país encontrava-se rumo ao declínio ou ao desenvolvimento. Assim,

Os anos que se seguiram a 1870 foram marcados pela entrada, no país, de uma enxurrada de ‘ismos’: evolucionismo, abolicionismo, positivismo, anarquismo, liberalismo, determinismo (geográfico), republicanism. Ideias emergentes em meio a um país sem universidades, cuja tarefa de entendê-las e adequá-las foi delegada à classe intelectual que, no impasse de aceitá-las ou refutá-las, optou, em boa parte, pela ‘ressignificação’. Pairava sob essas teorias uma ideia teleológica, no sentido de uma marcha linear em direção à civilização. Intimamente imbricadas entre si, era difícil se querer liberal e continuar escravista, instalar a República sem o pensamento positivista, aceitar o evolucionismo e creditar as afirmações de que éramos atrasados e inferiores, crer que os trópicos inibem o desenvolvimento nacional (TAMANO et al, 2011, p. 760).

A partir de tais teorias pensava-se o futuro do povo brasileiro ou a impossibilidade dele, mas como a nossa *intelligentsia*, apesar de eurocêntrica, era brasileira e se apregoava nacionalista, as doutrinas raciais vindas da Europa aqui

foram redefinidas na tentativa de adequem-nas à realidade brasileira. Assim sendo,

Quando essas teorias desembarcaram no Brasil, em fins do século XIX, o país ainda era escravista, com forte presença de traços típicos de uma ex-colônia, com economia débil e dependente – baseada em monocultura, latifúndio e exportação de bens primários –, politicamente desestruturado e com infraestrutura urbana deficiente. Em meio a um contexto histórico tão diferente, era preciso saber como aplicar à realidade nacional doutrinas tidas como científicas e vindas do ‘continente do progresso’. Foi a diminuta classe intelectual do país que tomou para si a responsabilidade de adequar essas doutrinas ao Brasil. Os intelectuais brasileiros estudaram-nas, analisaram-nas, refutaram o que não se adequava ao Brasil e retiveram o que era possível aplicar à nossa realidade, no objetivo de construir ‘um argumento racial no país’ (Schwarcz, 2002, p.18). Era cada vez mais premente abolir a escravidão, menos pelos princípios humanitários do que pelo estigma negativo de país escravista no cenário internacional, não obstante o discurso iluminista que aqui se propagou no século XVIII, relativo aos direitos inalienáveis dos homens, à liberdade e à igualdade (TAMANO et al, 2011, p. 759).

Como o Brasil visivelmente não possuía a raça caucasiana em estado puro por essência, nossos intelectuais, fortemente influenciados pelos escritos estrangeiros, claramente branco-cêntricos, mostrando sempre o branco no centro do mundo como o mais evoluído e civilizado, enxergavam com pessimismo o futuro brasileiro. Porém, ao mesmo tempo, acreditavam que a política de branqueamento⁵ salvaria o Brasil do fracasso iminente.

O Romantismo no Brasil surgiu nas primeiras décadas do século XIX, fruto da emergência universal dos nacionalismos, principalmente na Europa em países como França e Alemanha.

As teorias racistas vindas da Europa e dos Estados Unidos, formuladas por Agassiz, Buckle, Gobineau, entre outros, foram amplamente difundidas no Brasil, e nelas havia um tom de dúvida e condenação quanto ao futuro do povo brasileiro já que a conjunção entre as três raças formadoras do Brasil, segundo essas teorias, impossibilitaria o futuro de uma nação promissora, Gobineau chegou mesmo a estabelecer um prazo para a extinção dos brasileiros, calculou então que demoraria “[...] menos de duzentos anos... o fim dos descendentes de Costa-Cabral (sic) e dos

⁵ “[...] Esta pode ser observada na série de medidas governamentais com o objetivo de melhorar a raça brasileira de seus negros e diminuir a incidência de mestiços de negros e índios. Tais providências incidiam, entre outras, na forma de estímulo à imigração de colonos europeus brancos, bem como na concessão de subsídios à sua instalação no país. Nos fundamentos dessa política estavam dois pressupostos básicos: primeiro aumentar o contingente populacional branco no Brasil pela imigração de colonos europeus; segundo, incentivar o cruzamento deles com os nacionais, objetivando ‘branquear’ a população local [...]” (COSTA, 2004, p. 75).

emigrantes que os seguiram [...]” (GOBINEAU apud SKDIMORE, 1989, p. 46). As teorias racistas desses autores também eram pautadas pelo determinismo, assim eles acreditavam que “[...] as diferenciações biológicas são vistas como tipos acabados e que cada tipo está determinado em seu comportamento e mentalidade pelos fatores intrínsecos ao seu comportamento biológico [...]” (DAMATTA, 2010, p. 79).

O Brasil precisava demonstrar que tinha tradições culturais próprias, era primordial estabelecer a diferença entre o que era ser brasileiro e o que era ser português, a partir da emancipação ficou evidente o ranço com Portugal e o desejo de mostrar que a nação brasileira era singular e não necessitava de vínculo com a nação portuguesa. Assim, após 1822, veio à tona a emergência da criação de uma identidade própria para o país, era preciso revelar para o mundo a autonomia brasileira, era imprescindível a ordenação da história da nação.

O romancista cearense José Martiniano de Alencar, nascido em Messejana no dia 1º de maio de 1829, filho de José Martiniano de Alencar e de D. Ana Josefina de Alencar, utilizou-se do romance histórico para idealizar a história do Brasil a partir dos primeiros contatos com os colonizadores.

Alencar cresceu lendo romances, eis aí a justificativa de sua adesão a esse gênero literário, como ele mesmo explica na sua autobiografia *“Como e porque sou romancista”* escrita em 1873 e publicada vinte anos depois, em 1893, vejamos a seguir: “Foi essa leitura contínua e repetida de novelas e romances que primeiro imprimiu em meu espírito a tendência para essa forma literária que é entre todas a de minha predileção?” (ALENCAR, 2005, p. 29) e continua “Não me animo a resolver esta questão psicológica, mas creio que ninguém contestará a influência das primeiras impressões” (ALENCAR, 2005, p. 29).

O romancista cearense também ingressou na política, sendo deputado e ministro, posteriormente confessou que nunca se interessou por tal atividade, talvez tenha se aventurado nela por influência de sua família que pertencia a uma tradição política de longos anos. Alencar interessava-se mesmo era em escrever, a vida política para ele era uma responsabilidade crucial e não achava que possuía vocação para tal.

O único homem novo e quase estranho que nasceu em mim com a virilidade, foi o político. Ou não tinha vocação para essa carreira, ou considerava o governo do estado coisa tão importante e grave, que não me

animei nunca a ingerir-me nesses negócios. Entretanto eu saía de uma família para quem a política era uma religião e onde se haviam elaborado grandes acontecimentos de nossa história. (ALENCAR, 2005, p. 45).

Identificamos nas obras indianistas de Alencar (“*O Guarani*”, “*Iracema*” e “*Ubirajara*”) uma fundação idealizada de uma história para o Brasil, fazendo jus a ideologia nacionalista da primeira geração romântica. Assim, notamos que o romancista tinha em mente um projeto claro para a conformação da nação brasileira, a partir dos seus primeiros habitantes, os indígenas, e da exuberância da natureza brasileira. Desse modo, o escritor trouxe à luz a valorização da cultura dos povos indígenas e das paisagens das terras brasílicas.

Alencar defendia que estava na história dos povos autóctones a história do Brasil e obviamente que com a independência e o desejo de se ter traços singulares ele se utiliza do romance para trazer a tona tal posicionamento. Desse modo, segundo Leal (2014, p. 12),

[...] adepto confesso do romance histórico, Alencar repensa a lógica historiográfica de seu tempo. Sua obra transparece o projeto político do autor de compreender, descrever (e obviamente construir) a nacionalidade brasileira.

Contudo, é importante frisar que apesar de Alencar alçar o indígena ao posto de símbolo nacional em sua literatura romântica, isso não significou que realmente o indígena foi valorizado. Procurar-se-á demonstrar neste trabalho que, na verdade, a literatura romântica buscava um herói no passado e que na época em que Alencar vivia, o debate sobre os índios não estava em voga e a intenção do escritor não era debater a questão indígena, visto que em “*Iracema*” ele não debate a condição dos indígenas na sociedade brasileira da sua época, mas sim coloca-os como heróis do passado, mítico, que não existem mais, que estão para serem usados como símbolo de uma nação independente, porém um símbolo imaginário, que pertence ao lugar do passado; tanto que o presidente da província do Ceará, terra natal do escritor, chegou a declarar a extinção dos povos indígenas em 1861, quatro anos antes da publicação de “*Iracema*”. Assim, o índio descrito no Romantismo, conforme os ideais das elites nacionais era o índio morto, habilmente depositado no passado imemorial. Dito isto, para realizar a presente proposta de pesquisa temos clareza de que essa obra foi utilizada, sobretudo, para "encobrir" o massacre genocida e etnocida promovido pelos governos brasileiros a partir da metade do século XIX.

Para realizar a pesquisa também temos que fugir de certas armadilhas, pois estudaremos a obra literária a partir de um olhar histórico-sociológico e segundo Nicolau Sevcenko (1983, p. 20) “[...] enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece a expectativa do seu vir-a-ser” assim sendo, “Ocupa-se, portanto, o historiador da realidade, enquanto o escritor é atraído pela possibilidade. Eis aí, pois, uma diferença crucial, a ser devidamente considerada pelo historiador que se serve do material literário” (SEVCENKO, 1983, p. 20).

5. METODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente proposta de pesquisa consistirá em uma pesquisa bibliográfica fazendo uma análise histórico-sociológica do livro *“Iracema”*, objetivando identificar na obra o discurso alencariano de elogio à mestiçagem entre indígenas e portugueses e de negação da identidade negra. Para chegar ao objetivo proposto, além de uma leitura crítica de *“Iracema”*, serão utilizados autores e autoras que tratem tanto da questão racial no Brasil no século XIX, quanto da construção da identidade nacional e como a Literatura foi utilizada no Romantismo indianista, especificamente por Alencar, para idealizar a identidade brasileira. É importante lembrar, em consonância com Rodrigues (2006, p. 147), “[...] que, no estudo de um fenômeno [...] a partir do procedimento histórico, deve-se ter em mente que o pesquisador que o analisará e interpretará encontra-se em outro momento histórico [...]”. Assim, o pesquisador que se utiliza do método histórico está “vivendo outros problemas e contradições. Tal ressalva pretende que não sejam cometidos erros de interpretação dos dados analisados” (RODRIGUES, 2006, p. 146).

6. RESULTADOS ESPERADOS/RELEVÂNCIA SOCIAL

O estudo permitirá compreender como a Literatura foi utilizada por José de Alencar em seu Romance *“Iracema”* para idealizar uma identidade nacional, elevando o nativo e a natureza exuberante como símbolos singulares da nação brasileira. Com isso pretende-se mostrar como os elementos naturais do país foram

aproveitados pela Literatura alencariana de cunho nacionalista para edificar um mito de origem para a pátria brasileira.

Acreditamos que pelo contexto social em que estamos inseridos, no qual temos ainda na atualidade tentativas de desqualificar as lutas indígenas contra a colonização e a negação da presença negra no estado do Ceará, se faz necessário e relevante um estudo da obra “*Iracema*”, visto o seu acolhimento e o seu peso ideológico no imaginário da população. É originária dessa obra toda uma visão idílica do indígena e se faz necessário entendê-la para compreender como essa obra foi utilizada para ocultar o contexto econômico e social da colonização, em que indígenas e negros tiveram suas identidades deturpadas e assoladas pelo regime escravocrata que vigorava na época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. **Como e porque sou Romancista**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Iracema**. 19. ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **O guarani**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1977.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo, Lisboa: Edições 70, 2005.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BARBOSA, Girlene Pereira. **A busca da Nacionalidade em Alencar**. Guarabira: UEPB, 2012. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1487/1/PDF%20-%20Girle%20Pereira%20Barbosa.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2014.

BOSSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: _____. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da Literatura brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

COSTA, Hilton. **Horizontes raciais**: a ideia de raça no pensamento social brasileiro – 1880-1920. 2004. 148f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2004.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

LEAL, Tito Barros. **Poetizando a História nacional:** Ficcionalização da História e método historiográfico em José de Alencar. 2014. 236 f. Tese (Doutoramento em História) – Departamento de História, Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

MARIZ, Silvana Fernandes. **A Produção Acadêmica sobre as Relações Étnicorraciais no Brasil e no Ceará:** a construção do afrodescendente. 2012. 386f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação – FACED, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2012.

PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. Um fabulador da nacionalidade – José de Alencar. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 14, p. 95-122, 1996.

RESENDE, Tayene. **José de Alencar e a idéia de Brasil.** 2006. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Faculdade de Ciências da Educação – FACE, Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, Brasília, 2006.

RIBEIRO, Luís Filipe. “Iracema, a Pátria Amada Mãe gentil”. *In*..... **V seminário Nacional mulher e Literatura.** Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. Iracema ou a Fundação da Brasil. *In*: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** 7. ed., São Paulo: Contexto, 2014.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830 - 1870).** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA. E. Antes índio que negro. **Dimensões:** revista de História da UFES, Vitória, n. 18, p. 203-220, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2444/1940>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica.** São Paulo: Avercamp, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. 11. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TAMANO, Luana Tiekko Omena et al. O cientificismo das teorias raciais em O cortiço e Canaã. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.3, jul.-set. 2011.